

Trabalho e Educação Profissional e Tecnológica nos Cursos de Pedagogia no Rio Grande do Sul

Work and Professional and Technological Education in Pedagogy Courses in Rio Grande do Sul

Graziella de Camargo da Costa

Ana Sara Castaman

Liliana Soares Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Santa Maria-Rio Grande do Sul-Brasil

Resumo

Este estudo tem por objetivo conhecer as abordagens de Trabalho e/ou Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Cursos de Pedagogia presenciais, das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Rio Grande do Sul (RS). Como perspectiva teórico-metodológica, aplicou-se a Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS) e, como técnicas de produção de dados, priorizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental em 16 *campi* e 13 Projetos Pedagógicos de cursos de Pedagogia do RS. Evidenciou-se, nas oito IES analisadas, que somente os Cursos de Pedagogia do IFRS, *campus* Alvorada e *campus* Farroupilha, possuem componentes curriculares sobre os assuntos Trabalho e/ou EPT. Nos demais cursos, não há menção a esses temas nas suas propostas pedagógicas e nem aproximações entre os nomes das unidades curriculares.

Palavras-chave: Pedagogia; Educação Profissional e Tecnológica; Projeto Pedagógico.

Abstract

This study aims to understand the approaches to Work and/or Professional and Technological Education (EPT) in face-to-face Pedagogy Courses, at public Higher Education Institutions (IES) in Rio Grande do Sul (RS). As a theoretical-methodological perspective, the Analysis of Movements of Sense (AMS) was applied and, as data production techniques, priority was given to bibliographic research and documentary analysis on 16 campuses and 13 Pedagogical Projects of Pedagogy courses in RS. It was evident, in the eight IES analyzed, that only the IFRS Pedagogy Courses, Alvorada campus and Farroupilha campus, have curricular components on the subjects Work and/or EPT. In the other courses, there is no mention of these themes in their pedagogical proposals and no approximations between the names of the curricular units.

Keywords: Pedagogy; Professional and Technological Education; Pedagogical project.

1. Introdução

Este estudo integra os projetos de pesquisas “Políticas Educacionais, Trabalho Pedagógico e Historicidade da Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul”¹ e “Os Cursos de Pedagogia nas IES Brasileiras: análises das dimensões teórico-científicas e prático-organizacionais”², sendo esse último realizado por pesquisadores de todo o Brasil filiados à Rede Nacional de Pesquisa em Pedagogia (RePPed). A referida pesquisa tem como finalidade conhecer as abordagens nos Projetos Pedagógicos (PP) sobre Trabalho e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Cursos de Pedagogia presenciais, de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Em cada projeto buscou-se, inicialmente, descrever as categorias³ EPT, Trabalho e Pedagogia. Considerando os estudos realizados no primeiro projeto citado, e o Capítulo III, Artigo 39, da Lei nº 11.741, admite-se que a EPT, “[...] integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 2008a, Art. 39). Trata-se de uma modalidade educacional que abarca a “I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - de educação profissional técnica de nível médio; III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (Brasil, 2008a, Art. 39, § 2º). Ademais, em consonância com a Constituição Federal de 1988, no Art. 227, Capítulo VII, a EPT intersecciona os dois direitos fundamentais do cidadão: à educação e ao trabalho. Assim, compreende-se EPT como uma modalidade educacional que forma pessoas para o desenvolvimento crítico e para o mundo do trabalho⁴. Segundo as autoras Inocente, Tommasini e Castaman (2018), EPT é uma modalidade de ensino que

[...] exige a construção de conhecimentos que habilitam os estudantes a analisar, questionar e compreender o contexto em que estão inseridos. Além disso, é imperioso que estes desenvolvam capacidade investigativa diante da vida, de modo criativo e crítico; que identifiquem necessidades e oportunidades de melhorias para si, suas famílias e a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos (Inocente; Tommasini; Castaman, 2018, p. 5).

Do mesmo modo que se estudou sobre EPT, também se aprofundou a concepção de trabalho assumida como um processo social, a partir do qual ocorre “[...] a produção e a autoprodução humana. Já o emprego, a aplicação burocratizada do trabalho, é de ordem da pertença ao social, da necessidade de sobreviver obtendo recursos econômicos com a venda da força de trabalho” (Ferreira, 2017, p. 599).

E relativamente ao vínculo ao segundo projeto citado, a Pedagogia é defendida como ciência da educação, “[...] cujos postulados, crenças, teorias, reflexões e indagações,

mediante métodos e divulgação, necessitam orientar a educação em seus aspectos formais e não formais” (Ferreira, 2010, p. 246). Por sua vez, Libâneo (2006, p. 06) reforça e afirma que a Pedagogia é “[...] o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana [...]”. Isto em virtude da

[...] abrangência do campo educacional, não por acaso a pedagogia tem sua atuação com uma amplitude que possa atender a todos os espaços educacionais. Isto se dá pelo entendimento da pedagogia de que os processos educacionais ocorrem apenas na sala de aula, mas ultrapassam a esfera do ensino escolar (Castaman; Junges Júnior, 2018, p. 186).

Com isso, nesta análise, Trabalho, EPT e Pedagogia se relacionam com o lugar como cada um é descrito em âmbito social. Nessa perspectiva, a Pedagogia, é defendida como curso de formação de professores, trabalhadores(as) para além das áreas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, posto visa ao mundo do trabalho. Por sua vez, a EPT também é voltada à educação de trabalhadores(as) para este fim.

Ancorando-se nestas concepções, intencionou-se, com estudo realizado nos Projetos Pedagógicos, conhecer qual(is) Curso(s) de Pedagogia disponibiliza(m) a oferta de componentes curriculares sobre Trabalho e EPT. Entende-se por PP um documento que orienta e integra o dia a dia da comunidade em torno da instituição educacional. Outrossim, reforça-se que “Não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade” (Veiga, 2004, p. 17). Por isso,

Diante desse panorama, é possível localizar o PPC⁵, dentro do processo formativo, como um elemento que sintetiza as políticas mais amplas sobre a formação universitária e profissional, ao passo que se relaciona com a experiência particular da sala de aula. Ou seja, o PPC é um elemento que, ao mesmo tempo em que expressa diversos elementos oriundos das políticas educacionais para o ensino superior, também orienta a organização cotidiana da sala de aula (Seixas et al., 2013, p. 114).

Para o desenvolvimento e aprofundamento destas categorias, o artigo está dividido em procedimentos metodológicos, seção em que se apresenta o fundamento teórico-metodológico e o objeto de análise. Em seguida, são analisados os resultados e, por fim, abordam-se as considerações finais.

2. Procedimentos metodológicos

Como perspectiva teórico-metodológica, aplicou-se a Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS). Este é o fundamento que orienta os estudos e as pesquisas realizadas, cuja centralidade é a análise discursiva, tendo como suporte os indicativos de sentidos que

articulam os discursos, denotando os aspectos que os compõem e os movimentos ali circunscritos. Os discursos estão carregados de sentido(s) e intencionalidade(s) em relação aos interlocutores, por isso são compreendidos como “[...] manifestações humanas indicando o lugar que os interlocutores se atribuem como trabalhadores e seres sociais” (Ferreira, 2022, p. 6). Esse modo de proceder na pesquisa exige técnicas de adentramento nos discursos, tais como elaboração de tabelas, comparação e sistematização, o que, em última análise, implica na interpretação dos sentidos.

Como técnicas de produção de dados, priorizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica se ocupou de autores que estudam a temática, tais como: Ciavatta (1990), Saviani (2007), Durães (2009), Seixas *et al.* (2013), Doti (2018), Castaman e Rodrigues (2020), Nosella (2020), Dornelles, Castaman e Vieira (2021), entre outros.

A pesquisa documental foi realizada em oito IES, 16 *campi* e 13 PP de cursos de Pedagogia do RS. Destaca-se que estas IES ofertam o curso de Pedagogia presencialmente. O quadro 1 retrata as instituições cujos PP foram analisados:

Quadro 1. Caracterização do *lócus* da Pesquisa

(continua)

IES	<i>Campus/Campi</i>	Turno do curso	Referência
Universidade Federal do Pampa	Jaguarão	Noturno	UNIPAMPA, 2015
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Alvorada	Noturno	IFRS, 2019a
	Bento Gonçalves		IFRS, 2018a
	Farroupilha		IFRS, 2018b
	Vacaria		IFRS, 2019b

Quadro 1 - Caracterização do *lócus* da Pesquisa(conclusão)

	Alegrete	Diurno	
		Noturno	

Universidade do Estado do Rio Grande do Sul	Bagé	Noturno	UERGS, 2021
	Cruz Alta		
	São Francisco de Paula		
	São Luiz Gonzaga		
	Osório	Turnos matutino, vespertino e noturno, pois depende do turno ofertado no ingresso.	
Universidade Federal da Fronteira Sul	Erechim	Noturno	UFFS, 2018
Universidade Federal de Pelotas	Pelotas	Diurno	UFPEL, 2021a
		Noturno	UFPEL, 2021b
Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria	Noturno	UFSM, 2019a
		Diurno	UFSM, 2019b
Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande	Diurno	FURG, 2018
		Noturno	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Diurno	UFRGS, 2018

Fonte: Organizado pelas autoras, 2023.

Aplicou-se, como técnica de análise, a própria AMS, a qual pelas estratégias da seleção dos discursos nos PP, da leitura perscrutadora, releitura e disposição dos itens em tabelas organizativas, permitiu a categorização e, por sua vez, a análise. As categorias incluíram “[...] os elementos discursivos comuns, a constituição de princípios seletivos desses elementos, a percepção de sua validade e adequabilidade, tendo como parâmetro o aporte teórico-metodológico” (Ferreira, 2022, p. 8). Nessa perspectiva, os discursos foram lidos e organizados de modo a permitir comparação, aproximação, diferença e síntese. Nesse processo, os movimentos foram observados, como vetores de interpretação. Os argumentos contidos neste texto, então, correspondem a esta síntese, que é o momento de os pesquisadores efetivamente perceberem como os sentidos transitam no discurso e entre os

discursos sem perder a referência na totalidade social. Dessa forma, passa-se à síntese analítica a partir das categorias “perfil dos cursos” e ‘Trabalho e EPT’.

3. Análise e discussão dos resultados

Trabalho e Educação estão relacionados. O trabalho surgiu no processo de produzir algo para a sobrevivência humana e, conseqüentemente, essa produção resulta da educação. Para o ser humano o trabalho está presente na sua vida desde o surgimento deste, como ressalta Doti (2018, p. 20): “[...] trabalho é atividade humana básica”. Entende-se essa premissa quando Saviani (2007) menciona a diferenciação entre o ser humano e os animais e apresenta que “[...] o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Pode-se, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho” (Saviani, 2007, p. 154).

Portanto, o trabalho é parte do ser humano, assim como a educação, estando em constante evolução de aprendizagens para o desenvolvimento da humanidade. A educação objetiva constituir trabalhadores para o mundo do trabalho e, na EPT, seu objetivo inclui, ainda, qualificar para o trabalho. Entretanto, para além disso, a educação também desenvolve seres humanos críticos para trabalhar ativamente e contribuir nas lutas efetivadas pela classe trabalhadora.

Considerando esta descrição conceitual, a análise das abordagens nos PP sobre Trabalho e EPT teve início com o mapeamento das IES públicas do RS que ofertam o curso de Pedagogia presencial e, em seguida, foi realizada a busca dos PP nos sites do curso das IES. Salienta-se que o PP “[...] encerra em si uma miríade de informações, com significados distintos, que revelam facetas diversas do processo formativo” (Seixas *et al.*, 2013, p. 115).

Com isso, o primeiro sentido produzido foi sobre o perfil das IES, a partir da subcategoria carga horária (ch) dos cursos. A caracterização pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 2. Caracterização da Carga Horária dos cursos de Pedagogia.

IES	Campus/Campi	Carga Horária total
Universidade Federal do Pampa	Jaguarão	3.220
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Alvorada	3.216
	Bento Gonçalves	3.410
	Farroupilha	3.240

	Vacaria	3.207
Universidade do Estado do Rio Grande do Sul	Alegrete, Bagé, Cruz Alta, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga e Osório.	3.540
Universidade Federal da Fronteira Sul	Erechim	3.285
Universidade Federal de Pelotas	Pelotas	3.345
Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria - Diurno	3.230
	Santa Maria - Noturno	3.245
Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande	3.350
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	3.255

Fonte: Organizado pelas autoras, 2023.

O primeiro sentido produzido está representado no quadro 2, no qual se destaca a IES, seu *campus/campi* e a carga horária total de cada curso de Pedagogia. A média de carga horária foi de 3.298 horas, sendo condizente com o disposto na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, no Capítulo IV, dos Cursos de Licenciatura, Artigo 10 “Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas” (Brasil, 2019, p. 5). O curso com maior carga horária é a UERGS, com 3.540 horas e a menor é no IFRS - *campus* Alvorada, com 3.216 horas totais. Ambos são ofertados no período noturno.

Com esse sentido produzido, identificou-se a necessidade de analisar sobre os desdobramentos organizativos dos cursos, objetivando que os estudantes de Pedagogia vivenciem o campo de trabalho. E para elaboração do segundo sentido, observou-se como é distribuída a carga horária nestes desdobramentos, sendo eles: 1) os estágios obrigatórios; 2) os trabalhos de conclusão de curso (TCC); 3) as atividades complementares de graduação (ACG); 4) a curricularização da extensão.

Sobre os estágios obrigatórios, a Educação Infantil e os Anos Iniciais tiveram maior destaque, pois em todos os cursos são obrigatórias práticas nestas modalidades de ensino. O período de atividade começa, geralmente, a partir do quinto semestre do curso, exceto na UFPEL (Diurno) em que há práticas obrigatórias de observação e vivências durante todo o curso e no sexto e sétimo semestre ocorre o estágio, em que os estudantes são protagonistas em sala de aula. Em seis instituições é obrigatório o estágio em Gestão Escolar, sendo em todos os *campi* do IFRS (Alvorada, Bento Gonçalves, Farroupilha e Vacaria), na UFFS e na UFPEL (Noturno), com carga horária entre 80h e 120h. Ademais, todas as IES estão de acordo com o Parecer nº 550/2007, que discute a organização de estágios de estudantes e informa que a “[...] carga horária do estágio profissional supervisionado, de nível médio, ou de nível superior, não poderá exceder à jornada diária de 06 (seis) horas, perfazendo 30 (trinta) horas semanais” (Brasil, 2007).

Ademais, sobre o TCC, estão todos distribuídos nos finais dos cursos, entre os sétimos, oitavos e nonos semestres. A maioria das IES tem presente na matriz curricular duas unidades curriculares que ofertam TCC I e TCC II e a carga horária é bem variada, como, por exemplo, na FURG, TCC II possui 120h obrigatórias, é ofertado no nono semestre e contém a maior carga horária analisada. Já a menor carga horária é na UFRGS em TCC I, com 30h obrigatórias, no sétimo semestre. A única IES que não possui a descrição do TCC é a UFPEL (Noturno) e há a apresentação de um artigo científico – reflexivo, com somente uma unidade curricular no último semestre do curso.

Quanto às ACGs, em todas as IES, estão divididas em 200h, com atividades obrigatórias que os estudantes necessitam realizar durante todo o curso. As atividades vão desde ensino, pesquisa e extensão e precisam ser comprovadas com atestado ou certificado. O diferencial neste campo é na UFRGS que disponibiliza um horário livre da carga horária dos estudantes para conseguirem exercer essas atividades obrigatórias do curso.

Referente à curricularização da extensão, somente a instituição que possui a maior carga horária, a UERGS, descreve esse assunto. Nesta IES, a curricularização é dividida em três componentes curriculares nos três primeiros semestres do curso, com 75h cada um e, ao longo do tempo, são realizadas mais de 130 horas. As atividades de extensão sugeridas para tal vão desde apresentações de trabalho, participação e organização de eventos, atendimento na brinquedoteca, participação como membro de empresas juniores e/ou

incubadoras e demais produções que articulam com a Universidade e a Sociedade. Ademais, nas outras IES, não se aborda no PP sobre curricularização da extensão, mas existe atividade de extensão e estão integradas e contabilizando para a carga horária junto com as ACG. Ressalta-se que as ações estão em acordo com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Segundo o Artigo 7º desta mesma Resolução,

São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (Brasil, 2018, p. 2).

Com a análise destes campos de trabalho (1, 2, 3 e 4) dos(as) estudantes do curso de Pedagogia, evidenciou-se a variação da distribuição de carga horária com atividades que possibilitam a vivência destes estudantes em ações que vão além das ofertadas dentro da Universidade, mas que possibilitam os estudantes saírem do meio acadêmico, vivenciarem as demandas que surgem na sociedade e imergir em contextos de realidades que possibilitam interagir com as questões do mundo do trabalho.

Em continuidade, considerou-se que Trabalho e EPT são complementares e têm relevância para serem desenvolvidas no processo de produção do conhecimento dos(as) estudantes. Por essa razão, entende-se que, em cursos de Pedagogia, formadores de professores e professoras, são necessários espaços de diálogos sobre estes temas. Assim, percebeu-se que, das oito IES, o IFRS é a única que oferta componentes curriculares relacionados às temáticas em estudo. Nas demais, não há menção, em suas propostas pedagógicas, nem há aproximações entre os nomes das unidades curriculares. Também não há ementários que abordam a EPT como modalidade educativa.

Outrossim, observou-se nas propostas do Curso de Pedagogia do IFRS, que os *campi* Alvorada e Farroupilha são os únicos que ofertam unidades curriculares sobre Trabalho e EPT. Na matriz curricular do *campus* Alvorada está presente a unidade curricular ‘Trabalho e Educação’, planejada com 80 horas totais, no sexto semestre do Curso (IFRS, 2019a). Por sua vez, no *campus* Farroupilha, é ofertada unidade curricular ‘Educação Profissional e Tecnológica’, no oitavo semestre, com 80 horas totais (IFRS, 2018b).

Considerando a EPT como oportunidade de qualificação do trabalho, e seu meio de criação e objetivos que devem ser atribuídos às dimensões do trabalho, justifica-se na análise que somente o IFRS ofereça componentes curriculares relacionados a Trabalho e/ou EPT.

Como ressalta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Artigo 39º “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidade de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996).

Ainda, com a análise destes PPs, constatou-se que o Curso de Pedagogia no *campus* Alvorada tem como total de carga horária 3.216h, sendo a menos expressiva do PP analisados. São destinadas, para a unidade curricular ‘Trabalho e Educação’ (IFRS, 2019a), 80h totais, mas divididas em 40h para realização de atividades presenciais e 40h para atividades a distância. Segue ementa da unidade curricular Trabalho e Educação que informa as temáticas abordadas:

Fundamentos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação. O trabalho como princípio educativo. Análise da Educação dentro do contexto da sociedade capitalista. A relação capital X mercado e a influência na formação do indivíduo. Relação entre sistema produtivo, sistema de profissionalização e sistemas de formação do trabalhador (IFRS, 2019a, p. 57).

A unidade curricular

[...] como processo que emerge da sociedade em cada espaço/tempo histórico e a escola como um lócus privilegiado de transmissão/reconstrução/criação de conhecimento, a fim de reconhecer o trabalho como princípio educativo (IFRS, 2019a, p. 57).

Este é o objetivo geral, no qual há destaque à análise crítica da educação escolar.

Já, no Curso de Pedagogia do *campus* Farroupilha, a carga horária total do curso atinge 3.240h (IFRS, 2018b). Nesse conjunto, 80h são destinadas para a unidade curricular EPT, divididas em aulas práticas e teóricas. Na sequência, apresenta-se a ementa da unidade curricular voltada à EPT:

As relações entre trabalho e educação. O conceito de trabalho e suas dimensões históricas. As diferentes formas de organização do trabalho nas sociedades contemporâneas. A dualidade da Educação Brasileira. A formação do professor da Educação Profissional. A Educação Profissional nas redes públicas de ensino e no Sistema S (IFRS, 2018b, p. 69).

Releva-se que o objetivo deste componente curricular é “Analisar as relações de trabalho e educação, refletindo sobre as diferentes configurações que assumem nas sociedades contemporâneas” (IFRS, 2018b, p. 69). Dessa maneira, estabelece conexões com a ementa que tem como foco principal as relações entre Trabalho e Educação.

Em comparação, a análise desses elementos permitiu perceber que os componentes curriculares possuem como principal objetivo a educação dos(as) trabalhadores(as). Essa educação é desenvolvida para aperfeiçoamento, qualificação e influência de futuros profissionais que entram no mundo do trabalho. Além disso, envolvem a prática do mercado de trabalho e a teoria dos cursos que desenvolvem a Educação Profissional e que estão em outros contextos, como por exemplo o Sistema S⁶. Durães (2009, p. 168) ressalta que

A educação tecnológica está associada a uma formação ampla, que se preocupa em formar um sujeito profissionalmente capacitado, com um sólido embasamento científico, capaz de desenvolver e de administrar novas tecnologias, e que, acima de tudo, seja um cidadão que saiba se posicionar na sociedade em que vive.

Como terceiro sentido a ser considerado na análise, ficou evidenciado no quadro 1, que a maioria dos cursos de Pedagogia têm aulas noturnas, sendo que sete ofertam vagas no turno da noite, cinco no diurno e um curso em todos os turnos, conforme o semestre. A oferta de cursos à noite possibilita aos estudantes trabalharem e estudarem, como também aumenta a possibilidade de as pessoas frequentarem um Ensino Superior e trabalharem ao mesmo tempo. Todavia, na maioria dos cursos de Pedagogia, não foi identificada a oferta de componentes curriculares sobre Trabalho e/ou EPT, ficando o desenvolvimento para o mundo do trabalho à mercê.

Os três pontos de análises permitiram constatar que o trabalho está sempre integrado com a educação, eles andam lado a lado para uma formação humana, ou como ressalta Doti (2018, p. 20), o “[...] trabalho é atividade humana básica”. Este argumento aproxima-se do exposto por Saviani (2007, p.154):

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.

Partindo então do pressuposto que o ser humano tem como essência o trabalho, a partir de um processo histórico, constatou-se nas análises que: 1) como mencionado na primeira análise com destaque para a carga horária dos cursos de Pedagogias da IES públicas do RS, as maiores cargas horárias estão em cursos noturnos, nos quais há como princípio a probabilidade da(o) estudante deste curso desenvolver seu trabalho no turno inverso; 2) como segundo sentido produzido verificou-se os cursos de Pedagogia que ofertam Trabalho

e/ou EPT, e neste, foi perceptível que somente no IFRS encontram-se estes componentes curriculares, em consonância com os princípios de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), possibilitando a formação para o mundo do trabalho. Essas evidências reforçam o princípio educativo do trabalho na formação humana (Nosella, 2020).

Com base nas duas constatações, considera-se o trabalho como princípio educativo (Ciavatta, 1990). Com este princípio, almeja-se que “[...] educar para o mundo do trabalho, dentro da visão de formação omnilateral é difundir a convicção de que todos precisam ter suas dimensões atendidas” (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 309). Nesse sentido, como incluir este princípio na proposta de um curso de Pedagogia? 1): como meio de formação inicial ou continuada completa, para as(os) pedagogas(os) aprofundarem os conhecimentos dos(as) estudantes nas IES? 2): para os estudantes do Curso de Pedagogia possuírem mais um meio de trabalho qualificado no mundo do trabalho e assim realizar estudos além da área que determina o curso de Pedagogia? 3): para emergir na realidade concreta “[...] possibilitando aos mesmos, a compreensão, de forma reflexiva e crítica, do mundo do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”? (Dornelles; Castaman; Vieira, 2021, p. 15-16).

Como hipótese de explicação de essas ofertas serem somente em IF, entende-se que começa na historicidade⁷ dessas instituições que se originam no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, Art. 1º que implementa nas capitais dos estados do Brasil o ensino profissional primário e gratuito, no caso, as Escolas de Aprendizes e Artífices. Após longo processo histórico e político, chega-se à implementação da Lei nº 11.892ⁱ (Brasil, 2008b) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O avanço das políticas dos IF's está na formação para o trabalho que, “[...] não significa formar pessoas para o mercado de trabalho, mas para, ao serem inseridas e incluídas no mundo do trabalho, possam, dentro do possível, pensá-lo e transformá-lo do ponto de vista da dignidade, da liberdade, da autonomia e da responsabilidade” (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 306).

A educação tem o papel de possibilitar trabalhadores para o mundo do trabalho e a EPT materializa este objetivo, em seu projeto pedagógico. Além disso, a educação também desenvolve seres humanos críticos. Diante do exposto, justifica-se somente o IFRS, possui entre seus componentes curriculares modalidades sobre Trabalho e/ou EPT, pois trabalho como princípio educativo é um dos elementos orientadores da proposta de EPT no Brasil.

4. Considerações finais

Não era objetivo do estudo analisar os condicionantes de elaboração do PP, mas acredita-se que ocorreu a partir de reflexões e debates em cada instituição e curso. Todavia, por ser um documento normativo, que interfere direta ou indiretamente e mesmo idiossincraticamente no processo formativo, há que se cotejar os documentos determinantes, tais como a LDBEN e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e se pautar nos princípios e nas concepções de cada IES para sua construção.

O objetivo deste estudo foi conhecer aspectos relativos às abordagens de Trabalho e/ou EPT nos Cursos de Pedagogia presenciais, das IES públicas e do RS. Por isso, a partir das constatações realizadas, os cursos com maior e menor carga horária total, respectivamente, são os cursos de Pedagogia da UERGS com 3.540h e o curso de Pedagogia do IFRS, *campus* Alvorada com 3.216h. Além disso, identificou que a maioria dos cursos acontecem no período noturno, possibilitando assim, que os estudantes exerçam atividades no mundo do trabalho nos outros turnos.

Ademais, realizou-se a análise aprofundada em cada PP das IES que ofertam Cursos de Pedagogia, destacando quatro aspectos: 1) Estágios; 2) TCC; 3) ACG; 4) Curricularização da Extensão. Observa-se no primeiro aspecto que a maioria dos estágios ainda são focados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, mas que existem seis cursos de Pedagogia que além o estágio nessas modalidades, também exigem a realização do estágio na Gestão Escolar, permitindo aos estudantes uma vivência para além de estar em sala de aula. Já quanto ao segundo ponto analisado, sobre os TCC, são ofertados nos últimos semestres do Curso e somente no UFPel (Noturno) que, para a finalização do curso, é necessária a entrega de um artigo científico. As ACG são descritas com carga horária total de 200 horas, sendo o estudante responsável por buscar e desenvolver essas atividades. E, por fim, a Curricularização da Extensão é destaque em somente um PP, na UERGS, com disponibilidade de oferta de unidades curriculares que desenvolvem assuntos sobre esse tema e atividades que relacionam a universidade com a sociedade, possibilitando que os estudantes do Curso de Pedagogia dessa instituição tenham uma prática que vai além das ofertadas em aula e nos estágios.

Além disso, ressalta-se que a análise identificou que somente no IFRS são ofertados componentes curriculares sobre Trabalho e EPT. No *campus* Alvorada é ofertado Trabalho e

Educação como componente curricular obrigatório e, no campus Farroupilha, EPT como unidade curricular para o curso. Acredita-se que a justificativa para essas ofertas serem somente no IF relaciona-se à própria historicidade voltada para qualificação de futuros profissionais do mundo do trabalho. Intencionando torná-los cidadãos mais críticos, com autonomia e responsabilidade.

Com isso, entende-se que incluir unidades curriculares sobre Trabalho e/ou EPT nos componentes curriculares dos cursos de Pedagogia possibilita: a) enriquecerá o desenvolvimento profissional das(os) futuras(os) pedagogas(os) fazendo com que o curso abarque assuntos que vão além do mundo das infâncias e que “[...] visam a superação de uma educação que historicamente divide sujeitos, intencionam proporcionar aos indivíduos a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, que entendam suas vantagens e também suas fraquezas ou falhas” (Oliveira; Aquino, 2020, p. 282). b) possibilita um olhar crítico para questões sobre o mundo do trabalho e compreensão da sociedade; c) entender os princípios para a formação dos trabalhadores, fazendo com que exista uma aspiração “[...] por avanços tecnológicos que melhorem, ajudem ou facilitem a vida das pessoas ao invés de coisificá-las” (Oliveira; Aquino, 2020, p. 278).

Outrossim, os cursos de Pedagogia do Rio Grande do Sul desenvolvem Ensino, Pesquisa e Extensão, mas não priorizam, em seus currículos, a formação sobre Trabalho e/ou Educação Profissional, deixando a(o) licenciada(o) em defasagem de conhecimentos que enriqueçam e o preparem para o mundo do trabalho.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Sistema S**. [2023]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais do Estado da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-Lei nº 4.127**, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 6.545**, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008a. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art3. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008b. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as DCN e institui a BNC-Formação. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 08 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 550/2007**, de 04 de julho de 2007. Fixa normas para o Sistema Estadual de Ensino sobre a organização e realização de estágio de alunos. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17165702-1207310244pare-0550.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CASTAMAN, Ana Sara; JUNGES JÚNIOR, Mario Luiz. A docência e o processo de ensino e aprendizagem: as contribuições da psicologia enquanto base teórica na formação de pedagogos. In: DICKMANN, Ivanio. **Vozes da educação**. São Paulo: Dialogar, 2018.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 6, n. 17, p. 301-314, 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2291/2099>. Acesso em: 25 set. 2023.

Clavatta, Maria. **O trabalho como princípio educativo: uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1990.

DORNELLES, Fernanda Reolon Baldiati; CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas na formação docente. **Revista Exitus**, [S.L.], v. 11, n. 8, p. 1-20133, 25 mar., 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602021000100206&script=sci_arttext.. Acesso em: 08 mar. 2023.

DOTI, Marcelo Micke. Educação Profissional e Trabalho: Ainda é Possível? **Impulso**, Piracicaba, v. 28, n. 73, p. 19-33, set./dez., 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/4151/238>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DURÃES, Marina Nunes. Educação técnica e educação tecnológica múltiplos significados no contexto da educação profissional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 03, p. 159-175, dez., 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432009000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2023.

FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho pedagógico na escola: sujeitos, conhecimento e tempos**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FERREIRA, Liliana Soares. Discurso em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades. **Revista Brasileira de Educação** [online]. v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5RT6P594sk7ccDp6NKYX6qK/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERREIRA, Liliana Soares. Análise dos movimentos de sentidos sobre trabalho pedagógico na pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 27, e270014, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27570174008>. Acesso em: 20 set. 2023.

FERREIRA, Liliana Soares. Pedagogia como ciência da educação: retomando uma discussão necessária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 233-251, abr., 2010. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2842>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138986. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986>. Acesso em: 15 maio 2023.

INOCENTE, Luciane; TOMMASINI, Angélica; CASTAMAN, Ana Sara. Metodologias Ativas na Educação Profissional e Tecnológica. **Redin - Revista Educacional Interdisciplinar**, Taquara, v. 7, n. 2, p. 1-10, out., 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1082>. Acesso em: 08 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia**. Bento Gonçalves, 2018a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/bento/ensino/superior/licenciatura-em-pedagogia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia**. Farroupilha, 2018b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/farroupilha/cursos/superiores/curso-superior-de-licenciatura-em-pedagogia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia**. Alvorada, 2019a. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/alvorada/cursos/licenciatura-em-pedagogia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia**. Vacaria, 2019b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/vacaria/ensino/cursos-superiores/licenciatura-em-pedagogia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876, out., 2006.

NOSELLA, Paolo. O Princípio educativo do trabalho na formação humana: *una spaccatura storica*. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 37, p. 17-38, set., 2020.

OLIVEIRA, Erinaldo Silva; AQUINO, Soraya Farias. Implicações da relação educação e trabalho na EPT: marcos conceituais e saberes docentes necessários. **Revista Intersaberes**, [S. l.], v. 15, n. 34, p. 275-290, 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1772>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v12n34/v12n34a12.pdf>. Acesso em: 05 set 2023.

SEIXAS, Pablo Souza. COELHO-LIMA, Fellipe; SILVA, Suzany Gadelha; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 113-122, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Pn3M5mwQ56PYwrNfKvBkzVR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Jaguarão, 2015. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** 2021. Disponível em: <https://www.uergs.edu.br/upload/arquivos/202201/19150530-ppc-pedagogia-2021-final-formatado-biblioteca.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Erechim, 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cclper/2018-0002>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Pelotas, 2021a. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/1900>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Pelotas, 2021b. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/1920>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Santa Maria, 2019a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/pedagogia-noturno/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Santa Maria, 2019b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://ie.furg.br/gradua%C3%A7%C3%A3o/pedagogia.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pedagogia/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior:** projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Notas

¹Projeto integrado ao Kairós - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

²Projeto institucionalizado na Universidade de Brasília e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³“[...] os discursos evidenciam categorias, e estas indicam seus núcleos de sentidos. Conhecê-las indicará os sentidos produzidos, suas recorrências e a importância que têm para o que os interlocutores querem revelar de si e do que pensam. Entretanto, são índices com os quais trabalharão os pesquisadores e somente se imersos naquela realidade, na condição de cientistas, poderão apreender o não dito, o escondido, o não revelado” (Ferreira, 2020, p. 13).

⁴“O mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana do trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados neste processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas neste processo dialético e dinâmico de atividade” (Figaro, 2008, p. 92). Portanto, entende-se como mundo do trabalho as relações humanas de trabalho e mercado de trabalho relaciona-se à busca por essas relações humanas de trabalho.

⁵Emprega-se no texto a sigla PP para Projetos Pedagógicos, mas se mantém as siglas das citações diretas. Neste caso, PPC remete a Projeto Pedagógico de Curso ou Projeto Pedagógico Curricular.

⁶Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest) (Agência Senado, 2023).

⁷Não se pretende neste estudo apresentar a historicidade da Educação Profissional, mas registrar o fato. Ressalta-se que o objetivo principal das escolas de Aprendizizes e Artífices foi expandir para todo o Brasil o ensino que era voltado para o aperfeiçoamento do mercado de trabalho com as políticas de formação, no qual, o foco era a formação técnica de pessoas para as demandas do mercado de trabalho. Ao longo dos anos e, especialmente, na primeira década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, as referidas escolas modificaram-se, sendo chamadas de Liceus Industriais. Em seguida, com o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transformaram-se em Escolas Industriais e Técnicas. As Escolas Técnicas Federais iniciam o processo de serem chamadas de Centros Federais de Educação Tecnológica, em 1994, com a Lei nº 6.545/78 e ofertaram além de cursos superiores, pós-graduação e licenciaturas com objetivos de formação de professores, no qual ressalta o Art. 2º desta Lei: “Art. 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos: I - ministrar em grau superior: a) de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico; II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio; III - ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica; IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços” (Brasil, 1978, p. 1).

Sobre as autoras

Graziella de Camargo da Costa

Licencianda em Pedagogia na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2020 - em andamento). E-mail: graziella.camargo@acad.ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5835-1725>.

Ana Sara Castaman

Possui graduação em Psicologia (2003), pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); Graduação em Pedagogia (2009), pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; Mestrado (2006) em Educação Nas Ciências, pela UNIJUI; Doutorado (2011) em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professora no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br. Orcid: [0000-0002-5285-0694](https://orcid.org/0000-0002-5285-0694).

Liliana Soares Ferreira

Licenciada em Pedagogia (1985), pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); licenciada em Letras (1992), Especialização em literaturas em língua portuguesa (1988) e Mestre em Educação nas Ciências (1999) pela UNIJUI; Doutora em Educação (2006), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é professora titular do Departamento de Fundamentos da Educação, do Centro de Educação, na Universidade Federal de Santa Maria – RS. E-mail: liliana.ferreira@ufsm.br. Orcid: [0000-0002-9717-1476](https://orcid.org/0000-0002-9717-1476).

Recebido em: 06/02/2024

Aceito para publicação em: 16/05/2024